

## □ VÊU ISLÂMICO: A PONTA DO ICEBERG

MARIO VARGAS LLOSA

Em outubro de 1987, algumas alunas do colégio francês Gabriel-Havez, na localidade de Creil, se apresentaram nas classes usando o véu islâmico e a direção do estabelecimento proibiu a entrada delas, fazendo lembrar às meninas muçulmanas o caráter laico do ensino público na França. Desde então, abriu-se nesse país um intenso debate sobre o tema, que acaba de atualizar-se com o anúncio de que o primeiro-ministro, Jean-Pierre Raffarin, se propõe a apresentar ao Parlamento um projeto que dê força de lei à proibição de que os alunos levem às escolas do Estado acessórios de signos religiosos e políticos de caráter "ostensivo e proselitista".



Muçulmana com o véu: o primeiro-ministro francês está certo ao propor a proibição de seu uso nas escolas, em nome da liberdade.

No debate de idéias sobre assuntos cívicos, a França continua sendo uma sociedade modelo: na semana que acabo de passar em Paris acompanhei fascinado esta estimulante controvérsia. O tema em questão dividiu de forma transversal o meio intelectual e político, de modo que, entre os partidários e os adversários da proibição do uso do véu islâmico nos colégios, encontram-se misturados intelectuais e políticos de esquerda e de direita, uma prova a mais de crescente inutilidade daquelas categorias rígidas para se entender as opções ideológicas no século 21.

Nesta polêmica, o presidente Jacques Chirac diverge de seu primeiro-ministro e, por sua vez, concordam com Chirac socialistas da oposição ao governo como os ex-ministros Jacques Lang e Laurent Fabius. Não é preciso ser muito perspicaz para entender que o véu islâmico é apenas a ponta do iceberg e o que está em jogo neste debate são as maneiras distintas de compreender os direitos humanos e o funcionamento de uma democracia.

Em princípio, pareceria que, a partir de uma perspectiva liberal - que é a de quem escreve isto - não pode caber a menor dúvida. O respeito aos direitos individuais exige que uma pessoa, seja ela criança ou adulto, possa vestir-se da forma que quiser sem que o Estado se imiscua na sua decisão e esta é a política que se aplica, por exemplo, ao Reino Unido, onde, nos bairros periféricos de Londres, uma grande quantidade de meninas muçulmanas freqüentam as aulas cobertas dos pés à cabeça, como se estivessem em Riad ou Amã. Se toda a educação escolar estivesse privatizada, o problema nem sequer existiria, pois cada grupo ou comunidade organizaria suas escolas segundo os próprios critérios e regras, limitando-se a seguir determinadas disposições gerais do Estado sobre o programa acadêmico. Mas isso não ocorre nem vai ocorrer em sociedade alguma num futuro previsível.

Por isso, o assunto do véu islâmico não é tão simples se for examinado mais de perto e em vista das instituições que garantem o Estado de Direito, o pluralismo e a liberdade.

O requisito primeiro e irrevogável de uma sociedade democrática é o caráter laico do Estado, sua total independência perante as instituições eclesiásticas, única forma existente de se garantir o predomínio do interesse comum sobre os interesses particulares e a liberdade absoluta de crenças e práticas religiosas aos cidadãos, sem privilégios nem discriminações de espécie alguma. Uma das grandes conquistas da modernidade, na qual a França esteve na vanguarda da civilização e serviu de modelo às demais sociedades democráticas do mundo inteiro, foi o laicismo.

Quando, no século 19, foi estabelecida lá a escola pública laica, foi dado um grande passo para a criação de uma sociedade aberta, estimulante para a investigação científica e a criatividade artística, para a coexistência plural de idéias, sistemas filosóficos, correntes estéticas, desenvolvimento do espírito crítico e também - por que não? - de um espiritualismo profundo.

Porque é um grande erro acreditar que um Estado neutro em matéria religiosa e uma escola pública laica atentem contra a sobrevivência da religião na sociedade civil. A verdade é bem o contrário, e isso demonstra com precisão a França, um país onde está claro que a porcentagem de crentes e praticantes religiosos - cristãos na sua maioria - é uma das mais elevadas do mundo. Um Estado laico não é inimigo da religião, mas sim um Estado que, para resguardar a liberdade dos cidadãos, retirou a prática religiosa da esfera pública e levou-a ao âmbito que lhe corresponde, que é a da vida privada.

Porque, quando religião e Estado se confundem, inexoravelmente desaparece a liberdade. Já no caso contrário - quando mantidos separados - a religião tende de maneira gradual e inevitável a "democratizar-se", isto é, cada igreja aprende a coexistir com outras igrejas e com outras formas de crença e a tolerar os agnósticos e os ateus. Esse processo de secularização foi que tornou possível a democracia. Diferentemente do cristianismo, o islamismo não experimentou isso de maneira integral, somente de modo incipiente e transitório, e essa é uma das razões pelas quais a cultura da liberdade encontra tantas dificuldades para deitar raízes nos países islâmicos, onde o Estado é concebido não como um contrapeso da fé, mas sim como seu servidor e sua espada flamejante. E, numa sociedade onde a lei seja a lei islâmica, a liberdade e os direitos individuais são eclipsados de forma igual como desapareciam na Inquisição.

As meninas que famílias e comunidades enviam com o véu islâmico às escolas públicas da França são algo mais do que parecem à primeira vista; quer dizer, são um pequeno avanço de uma campanha empreendida pelos setores mais militantes do integrismo muçulmano na França que buscam conquistar uma cabeça de praia não somente no sistema educacional como também em todas as instituições da sociedade civil francesa. Seu objetivo é que lhes seja reconhecido o direito à diferença, noutras palavras, o direito de desfrutar, naqueles espaços públicos, de uma extraterritorialidade cívica compatível com o que aqueles setores proclamam ser sua identidade cultural, apoiada em suas crenças e práticas religiosas.

Esse processo cultural e político que se esconde por trás das amáveis invocações ao "comunitarismo" ou "multiculturalismo" é um dos desafios mais poderosos que a cultura da liberdade enfrenta em nossos dias e, na minha opinião, essa é a batalha que, no fundo, começou a impedir na França, por trás das escaramuças e embates de aparência superficial e anedótica entre partidários e adversários, que se autorize que as meninas muçulmanas usem o véu islâmico em colégios públicos da França.

Existem no mínimo 3 milhões de muçulmanos radicados em território francês (segundo alguns, esse número é muito maior, considerando-se os imigrantes ilegais). E, entre eles, setores modernos e de nítida filiação democrática, como o que representa o superior da mesquita de Paris, Dalil Boubakeus, com quem encontrei há poucos meses em Lisboa em uma conferência organizada pela Fundação Gulbekian, e cuja civilidade, ampla cultura e espírito de tolerância me impressionaram. Mas, infelizmente, essa corrente moderna e aberta acaba de ser derrotada nas eleições recentes para o Conselho para o Culto Muçulmano e os Conselhos Regionais por setores radicais e próximos do integrismo mais militante, agrupados na União de Organizações Islâmicas da França (UOIF), uma das instituições que mais têm batalhado para que se reconheça o direito das meninas muçulmanas assistirem às aulas usando véu, por "respeito a sua identidade e cultura".

Este argumento, levado a seus extremos, não tem fim. Ou melhor, se aceito, gera fortes precedentes para que se aceite também outras características e práticas tão ficticiamente "essenciais" à cultura própria, como a negociação do casamento das jovens pelos pais, a poligamia e, exagerando, até a mutilação feminina. Esse obscurantismo é disfarçado com um discurso de alardes progressistas: com que direito quer o etnocentrismo colonialista dos franceses de velho punho impor aos franceses recentíssimos de religião muçulmana costumes e procedimentos que são contrários a sua tradição, sua moral e religião? Adornada com falácias pluralistas, a Idade Média poderia, assim, ressuscitar e instalar um enclave anacrônico, desumano e fanático na sociedade que proclamou pela primeira vez no mundo os direitos humanos. Esse raciocínio absurdo e demagógico deve ser denunciado com vigor, como o que é:

um gravíssimo perigo para o futuro da liberdade.

Na época em que vivemos, a imigração gera um alarme exagerado em muitos países europeus, entre eles a França, onde este medo explica em boa parte a elevadíssima votação que obteve, no primeiro turno das eleições presidenciais passadas, a Frente Nacional, o movimento xenófobo e neofascista liderado por Jean-Marie Le Pen. Mas esses temores são absurdos e injustificados, já que a imigração é absolutamente indispensável para que as economias dos países europeus, cuja demografia está estancada ou decrescente, continuem crescendo e para que o alto nível de vida da população se mantenha ou se eleve. Por isso, a imigração, em vez do demônio que habita os pesadelos de tantos europeus, deve ser compreendida como uma injeção de energia e de força trabalhadora e criativa a qual os países europeus devem abrir suas portas de par em par e trabalhar para integrar o imigrante. Mas sem que, por causa disso, a mais admirável conquista dos países europeus, que é a cultura democrática, se veja diminuída e sim, pelo contrário, renove-se e enriqueça com a adoção desses novos cidadãos.

É óbvio que são eles que têm de se adaptar às instituições da liberdade e não as instituições que devem renunciar a si mesmas para acomodar-se a práticas ou tradições incompatíveis com elas. Nisso não deve haver nenhuma concessão em nome de falácias de um "comunitarismo" ou "multiculturalismo" pessimamente entendidos. Todas as culturas, crenças e costumes devem ter lugar numa sociedade aberta, sempre e quando não colidirem frontalmente com o respeito aos direitos humanos e os princípios de tolerância e liberdade que constituem a essência da democracia. Os direitos humanos e as liberdades públicas e privadas que garantem uma sociedade democrática estabelecem um amplíssimo leque de possibilidades de vida que permitem a coexistência em seu seio de todas as religiões e crenças, mas essas, em muitos casos, como ocorreu com o cristianismo, deverão renunciar aos extremismos de sua doutrina - o monopólio, a exclusão do outro e práticas discriminatórias e lesivas aos direitos humanos - para conquistar o direito de cidadania numa sociedade aberta. Têm razão Alain Finkielkraut, Elizabeth Badinter, Régis Debray, Jean-François Revel e aqueles que estão com eles nesta polêmica: o véu islâmico deve ser proibido nas escolas públicas francesas em nome da liberdade.